

DIREITO À EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE RELIGIOSA

Por Karolina Castro, Ítalo Corrêa, Thaís Fernandes

Posição de blocos

O Ensino Religioso como disciplina nas escolas pelo mundo inteiro continua sendo um ponto nebuloso para o meio internacional.

Os países têm arbítrio para decidir qual posição tomar, considerando sua cultura e sua política, e, atualmente, há quatro posições que podem assumir: (i) aconfessional (que não expressa nenhuma corrente religiosa, considerando apenas conclusões filosóficas e éticas), (ii) interconfesional (que expressa apenas os princípios comuns entre correntes religiosas semelhantes), (iii) pluriconfessional (que separa os alunos em grupos distintos, compatíveis com a religião de cada um) e (iv) confessional (fornece a todos alunos o mesmo ensino, compatível com os princípios da única corrente que se opta adotar).¹

Segundo a UNESCO, o ensino religioso está crescendo nos sistemas públicos de ensino do mundo inteiro.² De acordo com análise do Escritório Internacional de Educação da UNESCO, 73 países têm o ensino religioso como obrigatório (pelo menos durante os nove anos de escola primária) e 69 países têm o ensino religioso como opcional, mas não significa que conteúdos religiosos não sejam ensinados.³

África

A despeito da melhora de seu quadro desde a adoção das atuais metas educacionais no Fórum de Dakar em 2000, o continente abriga quase metade de todas as crianças fora da escola do mundo (45%). A situação é delicada principalmente na região da África Subsaariana. A Nigéria sozinha abriga 10% das crianças fora da escola. E pesquisas domiciliares realizadas em 15 países sugerem que os números oficiais divulgados pelos respectivos governos estão subestimados em 18%.

As razões para que a África Subsaariana apresente tal quadro são diversas. Alcançar o grande número de crianças em áreas de conflito como na República Democrática do Congo e na República Centro-Africana é um dos maiores desafios da região. O número de crianças recrutadas como soldados é preocupante e chegou perto de 48.000 nos 11 anos de guerra civil do país, sendo um quarto dessas crianças garotas. Jovens e crianças vindas de algum grupo religioso, étnico ou lingüístico marginalizado também experimentam diversas barreiras ao acesso à educação. Na região apenas 13% dos estudantes que recebem educação primária, usam sua língua materna. Os pigmeus Batwa que vivem na região dos lagos africana também enfrentam discriminação, e mesmo quando têm acesso à educação primária sofrem ofensas e abusos sexuais, além do currículo não contemplar suas necessidades. Outro desafio é o local. Crianças de famílias nômades ou provindas de ambientes rurais são menos propícias a receber diversos serviços sociais do governo, de saúde à educação, criando um círculo vicioso do qual se torna muito difícil escapar.

Além desses todos cenários, existe o da pobreza, presente sempre, ainda que em diversos graus no continente. As condições econômicas se relacionam de várias formas com cada um desses complexos desafios e os tornam ainda mais graves. A posição oficial varia de acordo com o principal desafio enfrentado internamente, porém todos são afetados, em maior ou menor grau, pela escassez de recursos destinados à educação.

¹ Disponível em: <http://www.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/06/02ADistincao.pdf>. Acesso em: 06/03/10.

² UNESCO. Quarterly Education Review. Paris. 2003.

³ Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=12326&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 06/03/10.

Américas

Essa região como um todo continua sendo, entre as em desenvolvimento, a que mais se aproxima dos objetivos de Educação para todos da UNESCO e permanece um exemplo a ser seguido. Em números, 5% das crianças em idade escolar estavam fora da escola em 2007, e esse número significa apenas 4% de todas as crianças fora da escola do mundo. A oferta e qualificação de professores também são exemplares. A taxa de alunos por professor na região alcançou a marca de 22:1, abaixo da taxa dos países em desenvolvimento (27:1), sendo inclusive inferior à taxa global (25:1). Todavia, há grande disparidade entre países e até mesmo internamente. El Salvador e Bolívia apresentam taxas de 40 alunos por professor. A qualificação também é díspare, alcança 100% em Aruba, Bermuda e Cuba e 45% em Belize. A média regional é de 80%. Troca de experiências é um caminho para amenizar essas diferenças. Um obstáculo ainda presente na região, apesar de todos os dados positivos, é o da qualidade da educação, difícil de ser mensurado em termos práticos e de forma igual. Analfabetismo funcional tem surgido como um sintoma da educação de baixa qualidade em países que apresentaram grande crescimento de sua população escolar nos últimos anos.

Como no mundo todo, diferenças étnicas interagem com aspectos econômicos e se tornam grandes barreiras ao acesso à educação. Na América Latina e Caribe, o desafio principal, mas não único, é o de incluir no sistema educacional as populações indígenas presentes em quase toda a região. Há países que não contam com mais de 5% de população indígena em seu território (Argentina, Colômbia, Paraguai, Venezuela); outros flutuam entre 5% e 20% (Chile, Honduras, México, Nicarágua, Panamá); superam essa marca Equador, Peru, Bolívia e Guatemala, sendo que os dois últimos superam a marca dos 50% de população indígena.

A política da região vem sido marcada nos últimos 20 anos, por uma onda de democratização e reconhecimento dos direitos humanos. De forma geral, já não são Estados assimilacionistas que outrora procuravam forjar uma identidade nacional a despeito de suas minorias, ignorando ou discriminando-as. Em diferentes graus, reconhece-se a população indígena como inerente à nação, aceita-se a existência de seus direitos coletivos, inclusive aqueles correlatos à educação. Embora legitimados como parte da sociedade, persiste a dificuldade dos governos encontrarem formas de lidar com as diferenças culturais no âmbito educacional. Muitas vezes a igualdade e cidadania de minorias na região pertencem muito mais à esfera do discurso e da normatização do que a da realização de fato, o que não deixa de ser um começo.

Ásia

É uma área de grande contraste e diversidade. Possui três dos sete países mais populosos do mundo (Índia, Paquistão e Bangladesh). Na sub-região são faladas por volta de 500 línguas, apenas no Nepal são faladas 100 línguas diferentes. Mesmo em Bangladesh, país mais homogêneo, com 98% da população falando o idioma oficial Bengali, existem 30 diferentes línguas.

Ainda que a UNESCO e outras organizações internacionais promovam o uso da língua materna e a educação multilíngüe, muitos dos países da região possuem uma atitude ambígua em termos tanto de práticas quanto de políticas. Países dessa região encaram a língua oficial ou nacional como uma forma de unificação, e por isso acabam relutando em encorajar o uso de outras línguas, que não a oficial, nas escolas.

As principais religiões são o Hinduísmo, Islamismo e Budismo. A maioria dos governos é laico, com exceção do Paquistão, Afeganistão e Irã, repúblicas islâmicas. Em regiões afetadas por conflito, a educação é comumente vista como símbolo de autoridade do governo por grupos extremistas. Por esse motivo, escolas que contrariem princípios religiosos desses grupos são comumente vítimas de ataque. Só no Afeganistão, 670 escolas foram fechadas por questões de segurança, resultando num total de 170000 alunos prejudicados.

Outro desafio comum da região é a discriminação por grupos sociais. A ideia de divisão em castas persiste como prática e costume em muitas regiões, embora seja muitas vezes prática ilegal. Na Índia, 80% das garotas, de 11 a 14 anos estão na escola. Quando de castas consideradas mais baixas, apenas 66%.

Europa

A história do Ensino Religioso na Europa como disciplina é tão antiga quanto a criação das primeiras escolas e universidades. No seu surgimento, o Ensino Religioso era de cunho cristão, que persiste em muitos lugares até hoje. Entretanto, a atual diversidade étnica, cultural e religiosa que existe hoje, vem exigindo uma nova perspectiva sobre este ensino.

A discussão sobre o Ensino Religioso como disciplina escolar já toma posição central em muitos debates. Um dos principais motivos da importância desta discussão é o fato de que a Europa é formada por uma infinidade de etnias e culturas que precisam aprender a conviver com respeito e tolerância mútua.

Atualmente, cada país europeu tem liberdade para decidir como o Ensino Religioso é organizado, desenvolvendo seus planos de ensino, materiais Didáticos e treinamento de professores, além de, em muitos casos, criar aulas alternativas para alunos que não queiram participar das aulas de Ensino Religioso adotadas pela escola.⁴

Muitos estudos e conferências vêm sendo realizadas com o intuito de se discutir melhor a situação do Ensino Religioso nas escolas. Um estudo relevante, concluído em maio de 2009, foi o realizado pelo Conselho da Europa. O estudo evidenciou que o Ensino Religioso segue em geral duas linhas diferentes: uma baseada na “ciência das religiões”, sendo orientada pelo Estado; outra, seguindo a linha do ensino confessional, tendo a Igreja um papel proativo neste caso. Na Europa, prevalece o Ensino Religioso confessional, mas que possibilita aulas alternativas, como filosofia e ética, para os alunos que assim desejarem. A conclusão final do estudo foi no sentido de indicar que o Ensino Religioso é “importante para o crescimento global de uma pessoa” e constitui “um bom contributo para a formação de um cidadão”⁵

Outro evento importante é o Fórum Europeu de Ensino Religioso⁶ que foi criado em 1984 e que é realizado por professores de diversos segmentos do ensino fundamental e médio, pesquisadores, professores universitários e estudiosos em geral, visando a promoção de uma nova reflexão sobre a temática. Apesar de católico, o grupo tenta se abrir a outros segmentos ecumênicos, e visa o entendimento de um ensino religioso não como profissão de fé, mas como o ensino histórico, filosófico e ético de questões ligadas às diversas religiões do mundo. O estudo mostra que os países europeus de confissão católica são localizados no sul do continente, e historicamente já seguem um perfil religioso. Dentre estes, estão: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália, Malta e Áustria, além da Irlanda e Polônia. Os países de confissão protestante incluem o Reino Unido, região Báltica, e da Tchecoslováquia até a Escandinávia e Alemanha. A cultura ortodoxa se situa em países como o Chipre, Grécia e países Balcãs.⁷ Toda reflexão do projeto caminha para um Ensino Religioso com três objetivos: finalidade educacional, liberdade de consciência dos estudantes e respeito ao patrimônio religioso das comunidades religiosas.⁸

Há algumas dificuldades para implantar um novo formato do Ensino Religioso na Europa, como o processo de secularização da sociedade mundial e o aumento da população de jovens imigrantes. A conclusão deste projeto foi de que o Ensino Religioso só vai contribuir no desenvolvimento intelectual de jovens se for criada e mantida a compreensão das tradições religiosas, dentro de um ambiente de respeito mútuo e tolerância cultural, étnica e religiosa.

⁴ Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,1570993,00.html>. Acesso em: 06/03/10.

⁵ Disponível em: <http://www.alem-mar.org/noticias/EkuEZppEIEeOtbOjUG.html>. Acesso em: 06/03/10.

⁶ Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=596&dd99=pdf. Acesso em: 06/03/10.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

Oceania

A Oceania tem seus primeiros registros de segmentos religioso datando da época dos aborígenes, que habitaram o continente por 40000 ou 60000 anos. Este povo tinha valores espirituais e tradições religiosas próprias. Com a invasão inglesa, e de outros imigrantes, a cultura e, conseqüentemente, as tradições religiosas do continente foram modificadas.

Atualmente, o Cristianismo é religião com mais adeptos no continente (exceto na Tasmânia, onde os católicos são apenas 18% da população, enquanto os anglicanos são 29%). O Budismo aparece como segunda maior religião, seguida pelo Islamismo. Um censo feito entre 1996 e 2006 mostrou que o número de residentes australianos que se dizem “sem religião” cresceu de 2,9 milhões para 3.7 milhões.⁹

Os países da Oceania não têm uma religião oficial e, portanto, seu povo é livre no âmbito de escolha religiosa, deste que não interfira na liberdade do outro. O Governo de cada país se dedica em encorajar o respeito mútuo, o entendimento e a tolerância entre as diferentes religiões e culturas entre todas regiões.¹⁰ Assim, o Governo não impõe o ensino religioso nas escolas públicas e incentiva que as escolas de cunho religioso ofereçam um Ensino Religioso aconfessional, ou ofereçam aos alunos de diferente crença a outras opções de aula, como a filosofia, ética, ou a aula de sua religião específica. Percebe-se que o objetivo mais almejado é o de, diante de uma sociedade tão plural, garantir a todos a tolerância e o respeito cultural, étnico e religioso.

Conflitos com motivação religiosa se fazem presente nessa região. Os governos da Tailândia e Filipinas frequentemente enfrentam ataques armados de minorias muçulmanas. Mianmar vive sob o governo provisório da junta militar, suspeita de violar constantemente os direitos humanos. A proibição de seguir uma religião diferente da oficial chega a casos extremos como na República Democrática da Coreia, na qual estima-se que há 6.000 cristãos presos, e refugiados relatam que presos religiosos são os que mais sofrem abusos, sendo muitas vezes torturados até a morte quando se recusam a abrir mão da sua religião

Em áreas que, como essas, presenciam constantemente conflitos com motivação religiosa, a inclusão de minorias religiosas no sistema de ensino público é, muitas vezes, um desafio longe de ser superado. Talvez por isso, ao contrário da tendência mundial, entre os anos de 1999 e 2007 o número de crianças fora da escola na região cresceu mais de três milhões. Dos nove milhões das crianças nessa situação em 2007, a maior parte delas se concentrava em quatro países: um milhão nas Filipinas, 500 mil na Indonésia e por volta de 25 mil na Tailândia e no Camboja, apesar deste último ter obtido avanços significativos nos últimos anos.

Minorias indígenas presentes na região também são menos propícias a receber educação primária, especialmente aquelas que não falam o idioma oficial ou majoritário do país. Todavia, mesmo quando compartilham o idioma, os resultados de alunos indígenas são inferiores. Na Austrália, o número de indígenas, residentes em áreas muito remotas, com resultados abaixo do nível mínimo nacional é o dobro do que alunos não indígenas.

Seja no continente europeu, ou na Oceania, o que se observa é um esforço internacional em resolver os problemas relacionados ao Ensino Religioso, buscando a convivência pacífica entre os povos. Um esforço reconhecido é o da Comissão Internacional da Educação para o século XXI, que em seu último Informe à UNESCO, falou sobre a necessidade de aprender a viver juntos e pelas diferenças: “Ensinando os jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos, podem ser evitadas incompreensões geradoras de ódio e de violência entre os adultos. Deste modo, o ensino da história das religiões ou dos costumes pode servir de referência útil para os futuros comportamentos”.¹¹

Referências:

⁹ Disponível em: www.dfat.gov.au. Acesso em: 06/03/10.

¹⁰ Disponível em: <http://www.dfat.gov.au/facts/religion.html>. Acesso em: 06/03/10.

¹¹ Disponível em: <http://www.gper.com.br/?sec=erieur&id=1226>. Acesso em: 06/03/10.

Educação e igualdade na América Latina e Caribe – a questão da discriminação racial. Por Andréia Lisboa de Souza. (<http://www.campanaderechoeducacion.org/publications.list.php?s=campaign>)

Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngüe – Organizado por Ignácio Hernaiz (<http://www.forumeja.org.br/colecaoparatodos>)

Education for All - Global Monitoring Report, Reaching the marginalized – UNESCO (<http://www.unesco.org/en/efareport/reports/2010-marginalization/>)

South Asia EFA MDA Sub-Regional Synthesis Report – UNESCO BANGKOK (<http://www.unescobkk.org/education/efa/mda/sub-regionalreport/>)

Reaching the Marginalized - EFA Global Monitoring Report 2010 – UNESCO (<http://www.unesco.org/en/efareport/reports/2010-marginalization/>)